

Ana Lima Kallás\*

CAMINHOS DA HISTORIOGRAFIA CHILENA SOBRE O GOLPE DE 1973:  
LINHAS TEÓRICAS E DEBATES

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir as principais linhas teóricas que permeiam a produção historiográfica sobre o golpe civil-militar no Chile em 1973. O estudo procura mostrar a predominância de concepções denominadas “politicistas” em contraposição a análises supostamente estruturalistas e economicistas. Ao buscar “superar” a historiografia produzida pela esquerda chilena ao longo dos anos de governo da Unidade Popular (1970 – 1973), alguns autores – considerados influentes no meio acadêmico chileno e brasileiro – optaram por uma linha de interpretação que reduz a democracia a uma questão de método, dissociado dos fins, valores e interesses que animam a luta de atores coletivos.

**Palavras-chave:** Golpe civil-militar, Chile, Historiografia.

**Abstract:** This article aims to present and discuss the main theoretical approaches that permeate the historiographic production on the civil-military coup d'Etat in Chile in 1973. The study seeks to show the dominance of so called "political" concepts as opposed to supposedly structuralist and "economicist" analysis. Seeking to "overcome" the historiography produced by the Chilean left over the years of the Popular Unity (UP) Government (1970 - 1973), some authors - considered influential in the Chilean and Brazilian academic - have opted for an approach that reduces democracy to a question of method, decoupled the purposes, values and interests that animate the fight of collective actors.

**Keywords:** Civil-military Coup d'Etat, Chile, Historiography.

Para compreendermos a perspectiva predominante na bibliografia existente sobre o governo de Salvador Allende e o golpe civil-militar de 1973 optamos por trabalhar com alguns autores cujos estudos parecem ser mais influentes no meio acadêmico chileno e brasileiro e que apresentam, de certa forma, uma semelhança em termos de conteúdo teórico com grande parte da historiografia sobre o golpe de 1964 no Brasil. Entre eles destacamos Arturo Valenzuela, Manuel Garretón, Tomás Moulián,

---

\* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este artigo é parte de minha dissertação de mestrado intitulada *A paz social e a defesa da ordem: a Igreja Católica, o governo Allende e o golpe militar de 1973*. Autora de “Em nome da ordem democrática e da reconciliação nacional: Igreja Católica e imperialismo na América Latina – o caso chileno”. In: *História e Luta de Classes*, Rio de Janeiro, ano 4, nº 6, nov.2008, p.45-52. Contato: [analimakallas@gmail.com](mailto:analimakallas@gmail.com).

Luis Corvalán Márquez e o brasileiro Alberto Aggio.<sup>1</sup> Estes autores, por meio de suas produções acadêmicas, buscaram “superar” os trabalhos publicados durante o governo Allende e no período imediatamente posterior ao golpe – bibliografia produzida predominantemente por militantes políticos da esquerda chilena.

De forma geral, a maioria das produções posteriores priorizou a análise dos aspectos políticos do processo histórico chileno de 1970, deixando de lado as demais esferas da vida social. Assim, a política assumiu uma posição isolada, “sujeita às suas próprias determinações e cega perante a economia nacional e internacional, às classes sociais e suas lutas e às características de um Estado que é muito mais do que esta ou aquela agência governamental ou arena institucional”.<sup>2</sup> A crítica de O’Donnell à bibliografia de cunho “politicista” da década de 1980 – resultado de uma reação aos estudos estruturalistas e supostamente economicistas que predominaram na década anterior – nos parece ainda pertinente para pensarmos parte importante da bibliografia chilena sobre o processo que desencadeou no golpe de 1973.

Nesse sentido, ao excluir a estrutura econômica e de classes de sua análise, estes autores terminaram por reduzir a política à sua esfera formal, isto é, ao papel desempenhado pelos órgãos políticos tradicionais da democracia burguesa, a saber, os partidos políticos, o Parlamento, o Congresso, o Poder Judiciário, a Assembléia Legislativa, entre outros. Desta constatação, deduz-se outra: compreendendo a política apenas por meio de seu sistema político formal, os autores se aproximaram da concepção teórica, já clássica, de Samuel Huntington e de sua formulação acerca do *pretorionismo*.<sup>3</sup>

De acordo com Huntington, as sociedades menos institucionalizadas (ou capitalistas dependentes como no caso dos países latino-americanos) apresentariam instituições políticas frágeis, incapazes de “mediar, refinar e moderar a ação política dos grupos” (Huntington, 1968, p.208), ou seja, instituições políticas ou grupos políticos profissionais que não seriam reconhecidos ou aceitos como “intermediários legítimos para moderar os conflitos” (1968, p.208). Nesse sentido, seriam sociedades onde não haveria acordo “quanto aos métodos legítimos e conclusivos para dirimir os conflitos” (1968, p.206). A ausência de instituições fortes levaria ao envolvimento político de

---

<sup>1</sup> Neste trabalho vamos nos deter à análise das obras de autores chilenos, fazendo apenas algumas menções à pesquisa de Alberto Aggio que os tem como base em sua dissertação de mestrado.

<sup>2</sup> O’DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados Burocrático-autoritários*. São paulo: Vértice, 1987, p.9.

<sup>3</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. SP: Forense universitária, [1968].

grupos de natureza “não-política”. Em outras palavras, estes países assistiriam, ao longo de seu processo de modernização, à politização de suas Forças Armadas, da Igreja, das Universidades (incluindo aí seu corpo docente, discente e administrativo), sindicatos e outras corporações especializadas. Todos estes atores tenderiam a se envolver com problemas políticos de ordem geral e “não apenas [com] assuntos que lhe dizem respeito diretamente” (1968, p.206). Esta excessiva politização de grupos “naturalmente apolíticos” levaria, gradativamente, a uma situação de caos e instabilidade social.

A perspectiva elaborada por Huntington foi muito utilizada na década de 1980 para o estudo dos golpes militares na América Latina e das origens dos regimes militares. Em certo sentido, também podemos identificá-la em alguns trabalhos sobre o processo chileno, apesar do desenrolar dos acontecimentos históricos neste país demonstrar a completa falência deste modelo analítico. O Chile é retratado pela maior parte da historiografia como um país que desde o início do século XX apresentou uma tradição democrática, com instituições políticas fortes, partidos representativos e estabilidade política. Nesse sentido, se diferenciava do restante dos países da América Latina. Para alguns autores, tratava-se de uma espécie de “*arreglo democrático*” ou “entendimento tácito”<sup>4</sup> – política marcada por alianças e consensos que deram organicidade ao sistema político do país e teriam demonstrado a solidez de seu regime democrático. Sendo assim, de 1930 a 1973 o Chile teria sido marcado por um

[...] *ethos* desenvolvimentista no plano econômico, garantidor do processo de modernização da sociedade chilena que, via Estado, possibilitou o desenvolvimento industrial e consubstanciou as pautas integradoras vivenciadas no plano social que substituíram os vínculos de tipo tradicional, permanecendo aí vigente um regime democrático e em crescente ampliação participativa.<sup>5</sup>

Pelo fato de apresentar uma “defasagem” entre sua “comunidade política institucionalizada”<sup>6</sup> e o caráter dependente de sua economia, a sociedade chilena seria caracterizada, segundo esta concepção, como “semi-pretoriana”, estando mais próxima das sociedades ocidentais européias e se destacando entre as demais sociedades latino-

---

<sup>4</sup> AGGIO, Alberto. *Socialismo e Democracia– e experiência chilena*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.62.

<sup>6</sup> Por “comunidade política institucionalizada” nos referimos, a partir da concepção de Huntington, às sociedades com instituições reconhecidamente capazes de mediar os conflitos entre os grupos, tais como os partidos de centro no caso do Chile (Partido Radical e posteriormente Partido Democrata-Cristão); além da presença de FFAA de tradição constitucionalista; Parlamento e Congressos fortes e representativos; enfim, sociedades nas quais a maioria dos atores políticos tenderia a respeitar as regras do jogo estabelecidas.

americanas.<sup>7</sup> Para analistas e cientistas políticos estrangeiros tratava-se de um país que apresentava, portanto, indicadores de amadurecimento que o colocavam como a segunda nação da América Latina mais próxima do “primeiro mundo”, apesar de sua inserção tardia no capitalismo.<sup>8</sup> Isto era evidenciado pelo “profissionalismo” de suas FFAA – característica muito destacada pelos estudiosos até os dias atuais. Vejamos, então, de que forma alguns autores chilenos analisaram a crise que precedeu o golpe militar de 1973 no Chile.

Dentre os trabalhos publicados durante o regime ditatorial-militar de Augusto Pinochet destaca-se o de Arturo Valenzuela, *El quiebre de la democracia en Chile*, de 1978.<sup>9</sup> Partindo da hipótese de que a quebra da democracia no Chile foi resultado do fracasso na busca de um “centro político viável”, o autor busca explicar o golpe por meio da excessiva polarização da sociedade chilena em 1973, a qual não teria permitido que os atores alcançassem uma resolução pacífica nos marcos institucionais do regime democrático. Como afirmou Valenzuela:

Tanto los sectores del gobierno como los de oposición que eran partidarios de una resolución pacífica del conflicto se encontraban permanentemente acosados desde ambos extremos. Las presiones políticas eran tan grandes que se privilegiaban las medidas de corto plazo destinadas a lograr ventajas partidistas en desmedro de acuerdos necesarios para el bien del país. El gobierno se vio incapaz de abandonar su política redistributiva y de exigirle orden a la clase obrera por miedo no sólo a la oposición sino también a elementos rivales dentro de su propia coalición.<sup>10</sup>

O autor identifica a existência de setores “legalistas” ou partidários de uma “resolução pacífica” tanto no interior do governo da UP quanto na oposição, e afirma que se a polarização da sociedade não tivesse alcançado níveis tão altos, seria possível estabelecer um “acordo tácito” entre ambos os lados e, desta forma, preservar a ordem democrática. Nesse sentido, Valenzuela parece conceber a democracia como uma forma política representativa do “bem comum”, capaz de conciliar interesses distintos entre grupos de uma sociedade. O autor chileno acredita, portanto, que as crises sociais e possíveis conflitos devem e podem ser resolvidos no interior do sistema político. Seguindo essa linha de pensamento, a democracia seria composta por instituições

---

<sup>7</sup> Eugenio Tironi é o principal defensor da “teoria da defasagem”. Cf. TIRONI, Eugenio. *La torre de Babel – ensaios de crítica e renovación política*. Santiago de Chile: SUR, 1984.

<sup>8</sup> Segundo estes analistas, a “primeira” nação seria o Uruguai.

<sup>9</sup> VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago de Chile: FLACSO, 1978.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p.166.

capazes de harmonizar os interesses se todos os grupos estivessem dispostos a cumprir as regras do jogo estabelecido. Da forma pela qual a questão é colocada, somos levados a entender que foram os setores mais “extremistas” de ambos os lados que não permitiram a efetivação de acordos para o “bem do país”.

Em seguida, Valenzuela afirma:

La fragmentación de las dirigencias políticas, la autonomía de los medios de comunicación altamente politizados y combativos, y la continua movilización de masas apoyada por ambos bandos y por elementos al interior de cada bando contribuía a una mayor confusión e hizo más difícil llegar al consenso mínimo necesario para preservar el régimen. Con el tiempo, sectores centristas de ambos bandos se desplazarían cada vez más hacia posiciones ‘semileales’ o ‘desleales’. [...] Aunque las presiones políticas aportaban los parámetros básicos que definían los límites y las potencialidades de las opciones y acciones políticas, el desenlace no era inevitable. En Chile había espacio para opciones alternativas. La conciencia de clase no llegaba a tal punto que la clase obrera no habría aceptado otra cosa, y por cierto un acuerdo político era incompatible con la solución maximalista. Tampoco existían grandes sectores de la clase media tan reaccionarios que sólo habrían aceptado un gobierno autoritario de derecha.<sup>11</sup>

Nesse caso, o excesso de politização dos grupos, dos meios de comunicação e das massas – “dirigidas” pelos partidos tanto da “situação” quanto da “oposição” – não teriam permitido o consenso.

Notamos, em primeiro lugar, que está ausente na análise de Valenzuela a identificação dos reais interesses de classe colocados e a própria luta social que permearam aquela conjuntura. O autor se refere com frequência ao longo do texto às idéias de “centro”, “forças do governo” e “forças da oposição”, como se aquele contexto histórico se resumisse a uma espécie de jogo onde o jogador tivesse que cumprir as regras previamente estabelecidas para obter o equilíbrio, a estabilidade e a continuidade do próprio jogo. Sabe-se, no entanto, que o Chile estava diante de uma crise real que remetia à luta entre interesses antagônicos. O avanço da organização dos trabalhadores chilenos e o surgimento do Poder Popular<sup>12</sup> ameaçaram diretamente os interesses não apenas dos grandes proprietários, mas também das classes médias, aterrorizadas com a

---

<sup>11</sup> *Ibid.*, p.167-168.

<sup>12</sup> O surgimento do Poder Popular impressionou a esquerda chilena, ao mesmo tempo em que aumentou a sensação de insegurança das classes dominantes. Era constituído pelos grupos mais politizados da classe operária que impulsionaram novas formas de organização social dos trabalhadores como as Juntas de Abastecimento e Preço (JAP), os Cordões Industriais, os Comitês de Vigilância das Fábricas e os Comandos Comuns.

possibilidade de proletarização numa sociedade em convulsão social. A luta esteve colocada na prática e não apenas no imaginário deste atores, sendo praticamente impossível formalizar um acordo que representasse uma iniciativa consensual.

Em segundo lugar, ao afirmar que o golpe não era inevitável o autor aponta que naquele contexto estavam colocados caminhos outros que não a radicalização das lutas sociais. Se a “consciência de classe não houvesse alcançado níveis altos” e a “classe média não fosse tão reacionária” seria possível ter “bom senso” e defender uma saída democrática e consensual. A conclusão lógica deste pensamento é que o “maximalismo” na luta pelas reformas teria sido a principal causa do golpe militar. Seguindo a leitura, Valenzuela aponta:

En un momento coyuntural crítico no se quiso escuchar las voces solitarias en el gobierno y la oposición que llamaban a la conciliación. Hubo poca preocupación que una crisis de régimen pudiera provocar no sólo la destrucción de cualquier esperanza de una revolución socialista, sino que también podría destruir las propias reglas del juego democrático. *Los chilenos en general estaban convencidos de que eran distintos al resto de los latinoamericanos, que pese a todas las dificultades era imposible que se produjera un quiebre del régimen.* Prevalcieron los estrechos intereses de grupos, los intereses parciales.<sup>13</sup>

Nesta passagem o autor identifica a predominância dos “interesses parciais” sobre os interesses comuns na conjuntura que precedeu o golpe. Os chamados de conciliação por elementos do governo e da oposição teriam sido atropelados pela disputa entre “estreitos interesses de grupos”. Segundo o autor, os atores políticos da época acreditavam na solidez da democracia chilena e na impossibilidade de um golpe militar. Por este motivo, teriam levado a luta até as últimas conseqüências e com isso destruído não apenas a possibilidade de construção do socialismo, como também as regras do “jogo democrático”.

Observa-se que o principal foco de atenção do autor é a radicalização do processo político. Valenzuela não considera outros elementos, como os interesses reais dos atores em questão. Sabe-se que o golpe foi sendo articulado por forças conservadoras e liberais, além dos setores “duros” das FFAA, e que este processo teve início desde a posse de Salvador Allende na presidência da República. Estes setores apresentavam convicções anti-populares, eram contrários ao estabelecimento de uma

---

<sup>13</sup> *Ibid.*, p.210. Grifos nossos.

democracia com ampla participação popular e estavam dispostos a aceitar a supremacia econômica, militar e ideológica norte-americana. Além disso, eram setores que reproduziam um anticomunismo radical. A este fator podemos agregar outro: as experiências brasileira, boliviana e argentina de golpes militares já tinham mostrado a incompatibilidade entre o princípio democrático da soberania popular e o princípio liberal (primado dos interesses individuais sobre os interesses sociais), principalmente em situações de acirramento da luta de classes ou em conjunturas revolucionárias. Queremos dizer, como bem lembrou João Quartim de Moraes,<sup>14</sup> que “o compromisso dos que detêm privilégios econômicos com a democracia nunca ultrapassa [...] os limites da ordem burguesa”, ou seja, as classes dominantes, inclusive as chilenas, não se inclinariam diante de um governo eleito por sufrágio universal se este mesmo governo ameaçasse seus privilégios e interesses. Nesse sentido, não renunciaram a recorrer uma ditadura para preservar a “economia liberal”, ou “não hesitaram em apelar para os generais quando o ‘método democrático’ se tornou disfuncional para eles”.<sup>15</sup>

Outra questão a ser problematizada no estudo de Valenzuela é a caracterização que faz das classes populares e operárias durante o processo de implantação da via chilena ao socialismo:

Fuera de unas pocas iniciativas dispersas de grupos como el MIR, con anterioridad a octubre de 1972 los partidos de gobierno habían mantenido un control político sobre sus adherentes y el grueso de los obreros chilenos. Fue la masiva embestida de las huelgas patronales la que comenzó a consolidar un grado de conciencia de clase y de acción autónoma. Aún así, durante el gobierno de Allende los sectores radicalizados de la clase obrera siguieron constituyendo una minoría, y la movilización descontrolada y desestabilizadora más relevante continuaría siendo la contramovilización de la clase media. *El quiebre de la democracia chilena fue más el resultado de la contramovilización frente a amenazas percibidas, que una excesiva movilización de sectores que demandaban sus reivindicaciones.*<sup>16</sup>

Valenzuela busca explicar o golpe de 1973 como um resultado da “contra-mobilização” das classes médias – movimento que mostrava a agonia destes setores numa conjuntura de instabilidade social e econômica. As classes médias seriam, portanto, as protagonistas da derrota da UP, uma vez que, atemorizadas com o processo

---

<sup>14</sup> MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 12, p.9 – 40, 2002.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, p.19.

<sup>16</sup> VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago de Chile: FLACSO, 1978, p.215. Grifos nossos.

de mudanças e reformas, passaram a apoiar a saída golpista para a crise como a única forma de restabelecer a ordem no país e a sua “segurança” enquanto classe.

Nesse sentido, o contexto de mobilização que precedeu o golpe é entendido pelo autor chileno como produto da “histeria” dos setores médios e não como mobilização e luta das classes operárias e populares por interesses próprios. A atuação dos trabalhadores chilenos é compreendida a partir de sua vinculação aos partidos de esquerda, como simples “massa de manobra”, ou a partir da reação à ofensiva burguesa e não por sua militância enquanto classe autônoma e protagonista do processo político. Sabe-se que o conjunto dos trabalhadores chilenos apresentava uma longa tradição de luta desde fins do século XIX, principalmente por estar concentrado nas minas de ferro, cobre, estanho e salitre – todas elas apropriadas pelo grande capital estrangeiro, em especial o norte-americano e o inglês. O fato de a economia chilena ter se constituído como uma economia de *enclave*<sup>17</sup> possibilitou que estes trabalhadores desenvolvessem, no cotidiano de suas próprias lutas contra o patronato estrangeiro, uma forte consciência de classe. Não é à toa que a história do movimento operário chileno foi sangrenta, como recordaram os autores Alain Rouquié e Emir Sader.<sup>18</sup>

A redução da análise do golpe a sucessivas ondas de “mobilização” e “contra-mobilização” entre “posição” e “oposição” acaba levando o leitor a concluir que para as classes médias e dominantes o “sentimento de crise” era maior do que a própria crise, como indica a oração: “*El quiebre de la democracia chilena fue más el resultado de la contramovilización frente a amenazas percibidas [...]*” (Valenzuela, 2004, p.215). O autor retrata os conflitos sociais como se estes tivessem sido transferidos do imaginário dos atores políticos para a ordem real-material. Assim, a mobilização social dos setores médios teria ocorrido em função da “ameaça” de crise estimulada pelos grandes meios de comunicação que naquele contexto se encontravam altamente politizados. Já comentamos anteriormente que não apenas existiu a “sensação de ameaça”, estimulada pelos próprios setores golpistas e seus meios, como também existiu a luta real, de

---

<sup>17</sup> Sobre as economias de enclave ver CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

<sup>18</sup> Rouquié aponta que o primeiro grande massacre de operários chilenos se deu em 1907 em Santa María de Iquique com um total de 2000 mortos, em seguida o de Punta Arenas em 1920 e o de Coruña em 1925 com 3000 mortos, dentre outros. Todos eles teriam ocorrido em função da repressão do patronato às greves. Cf. ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa Ômega, 1984, p. 270. Sader afirma que a primeira central sindical chilena foi criada em 1909 – a Federação Operária do Chile (FOCH). Cf. SADER, Emir. *Chile (1818-1990): Da independência à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

“carne e osso”, entre setores de classes antagônicas e, por este motivo, torna-se absurdo querer substituir a realidade pelo imaginário.<sup>19</sup>

Há ainda um outro elemento que merece ser analisado na obra de Valenzuela. Trata-se do papel atribuído às FFAA como instituição “neutra” diante de uma sociedade cujas instituições políticas tradicionais se encontravam “deterioradas” no que se refere ao cumprimento de seus papéis “previamente” estabelecidos pelo jogo democrático:

El fracaso de las negociaciones, el consecuente deterioro del rol de las instituciones y procedimientos mediadores tradicionales, la política de movilización social y el deterioro de la autoridad del liderazgo político sobre sus militantes, llevaron a la incorporación de lo que Juan Linz denomina poderes “neutrales” al juego político, en la expectativa que ellos pudieran resolver los conflictos de fondo. La Controlaría, los tribunales, el Tribunal Constitucional y, finalmente, las Fuerzas Armadas se vieron involucrados poco a poco en agudas controversias, que claramente pertenecían a la arena política y legislativa, y que requerían de negociación y acuerdos para alcanzar una solución.<sup>20</sup>

Como afirma o autor, na medida em que as instituições políticas tradicionais da democracia chilena como o Congresso, o Parlamento e os partidos políticos passaram a não mais desempenhar seus papéis de mediadores dos conflitos entre os grupos, tornou-se necessário incorporar “agrupamentos especializados” de natureza “apolítica” no jogo político, a fim de que estes mediassem os conflitos. Valenzuela vai além ao afirmar que a incorporação política destes setores supostamente “neutros” teria contribuído para a politização dos mesmos e, conseqüentemente, como veremos mais a frente, para a deterioração da legitimidade do sistema democrático. Conclui-se disso que o “excesso” de politização de forças sociais, não criadas para fazer política, levou à intensificação da crise e à destruição da democracia chilena.

Por sua vez, a avaliação do papel cumprido pela Democracia Cristã (DC) também merece destaque. Segundo o autor:

A pesar de que mucha gente ya no estaba interesada en conservar el sistema tradicional, un acuerdo entre el Presidente y el mayor partido opositor [Democracia Cristã] habría convertido cualquier intento de golpe de Estado – por ende cualquier intento por incitar a las masas a

---

<sup>19</sup> Esta concepção também parece ser defendida por Eugenio Tironi quando afirma que “a crise de 1973 desenhou-se como uma crise de direção política em seu sentido mais amplo, nascendo e desenvolvendo-se muito mais no mundo das concepções das elites políticas do que no mundo real. [...] Por seu tradicionalismo, a classe política chilena [...] não soube reproduzir mecanismos racionais de regulação política baseados na negociação, na concertação, no compromisso” *apud* AGGIO, Alberto. *Op. cit.*, p.65.

<sup>20</sup> VALENZUELA, *Op. cit.*, p.219.

una confrontación armada – en un acontecimiento demasiado costoso.<sup>21</sup>

O fato de a DC ser considerada um partido de centro e não ter cumprido este papel na ocasião da articulação do golpe é considerado por este e outros autores como um dos principais fatores explicativos da ruptura da democracia no Chile. De forma semelhante à perspectiva de Huntington, Valenzuela acredita na existência de instituições mediadoras dos conflitos, como o Partido Demócrata-Cristão e as instituições consideradas “neutras” como os tribunais e as FFAA. A politização dessas instituições e o não cumprimento de seus papéis de “mediadores” contribuiriam para o desencadeamento da crise e para a preparação do ambiente golpista.

É importante ressaltar, no entanto, que o PDC, apesar de apresentar uma base social significativa entre os trabalhadores, se configurou desde sua origem como um partido burguês<sup>22</sup>, no sentido de que seu programa apontava para a realização de reformas nos marcos do capitalismo. A questão a se pensar é que este partido, que se constituiu a partir de uma tradição legalista, tendo inclusive legitimado a vitória de Allende nas eleições presidenciais de 1970 contra as iniciativas golpistas de parte da direita chilena, diante do processo de ativação popular incorporou-se à frente golpista que derrubou o presidente eleito. Retornaremos a esta análise mais à frente na exposição de argumentos de outros autores que defenderam semelhante tese.

Devemos ressaltar ainda nesta passagem a identificação, por parte do autor, de setores “constitucionalistas” e “golpistas” tanto na esquerda quanto na direita chilenas. Os setores “golpistas” da direita e da esquerda são responsabilizados pelo autor da mesma forma que os “constitucionalistas”, na medida em que não se mobilizaram para fechar um acordo entre si e evitar tal desfecho. Segundo esta concepção, nenhum dos atores políticos estaria muito comprometido com os “valores democráticos”.

A crítica à historiografia “revisionista” sobre o golpe de 1964 no Brasil feita por Caio Navarro de Toledo também pode ser endereçada, segundo acreditamos, à

---

<sup>21</sup> *Ibidem*, p.249-250.

<sup>22</sup> No Chile o PDC, enquanto movimento, existiu desde a década de 1930, a partir de uma divergência no interior do antigo Partido Conservador. Na década de 1960 a Democracia Cristã ganhou muito espaço político, tornando-se a opção mais atraente para a burguesia, a qual se encontrava enfraquecida politicamente e apresentava seu projeto liberal desarticulado diante do aumento da pressão popular por reformas. O governo de Eduardo Frei, candidato democrata-cristão vitorioso nas eleições de 1964, foi uma tentativa de “reforma burguesa” por meio de mudanças na propriedade tradicional do setor agrário; de captação de uma maior parte do excedente do setor exportador e de avanços na industrialização do Chile. Estas medidas acabaram cindindo o bloco dominante e impulsionando também os movimentos sociais.

historiografia chilena sobre o golpe. De acordo com Toledo “não há uma preocupação em distinguir as motivações e atuações específicas de cada um dos agentes políticos – nem de avaliar os recursos materiais e simbólicos que detinham”.<sup>23</sup> É como se todos (direita, esquerda, militares, Allende...) estivessem em igualdade de condições e “absolutamente nivelados em termos de responsabilidade pela destruição da democracia”.<sup>24</sup>

Ao final, Valenzuela faz a seguinte crítica à esquerda chilena:

El hecho de que la izquierda revolucionaria, al intentar radicalizar el proceso político, contribuyó en gran medida a destruir precisamente el éxito de la estrategia del gobierno llamada la “vía chilena”. Con sus acciones, la izquierda revolucionaria, que siempre había ridicularizado la posibilidad de una transformación socialista a través de medios pacíficos, se vio atrapada en una profecía autocumplida.<sup>25</sup>

Segundo o argumento acima exposto, a esquerda revolucionária chilena, a saber, o MIR e parte dos socialistas (PS), esteve “pouco comprometida” com as questões democráticas e com a própria *via chilena* de Allende ao defender a ruptura com o Estado burguês e a transferência do poder aos trabalhadores organizados no Poder Popular. A partir desta afirmação deduz-se que o autor responsabiliza igualmente a esquerda e a direita pelo golpe de Estado, caracterizando ambos os lados por seu perfil “autoritário”. Esta opção interpretativa retira do golpe todo seu conteúdo classista, de ação coordenada por setores civis e militares contrários à ampliação da democracia política, oposição que veio se formando há décadas. A alternativa apresentada por Valenzuela, de um “acordo” entre Allende e a DC, não poderia se concretizar visto que a esquerda não poderia recuar em seu programa sem prejuízo de sua relação com suas bases sociais. Provavelmente a exacerbação da luta de classes naquele momento impediria uma solução tranquilamente negociada.

A partir do golpe, o Chile se mostrou como uma nação por demais semelhante aos países de capitalismo dependente latino-americanos, indo por água abaixo o modelo sociológico de Samuel Huntington. Talvez, melhor seria dizer que o modelo deveria ter desmoronado nos meios acadêmicos por uma comprovação empírica de sua ineficácia,

---

<sup>23</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 19, 2004, p.27-49.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p.34.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p.286.

mas curiosamente continuou predominando nas análises de autores contemporâneos, como veremos mais à frente.

Outros dois grandes estudiosos do processo chileno, que publicaram seus trabalhos durante o período militar, são Manuel Garretón e Tomás Moulian.<sup>26</sup> Da mesma forma que Valenzuela, estes autores, influenciados pela ciência política norte-americana, optaram por fazer uma análise “politicista” deste período da história do Chile. Nas palavras de Garretón e Moulián, seu trabalho “subestima” o papel dos atores sociais não especificamente políticos e a análise de classes do processo.<sup>27</sup>

Em sua análise, Garretón e Moulián enfatizam a excessiva politização da sociedade chilena no contexto que precedeu o golpe, relacionando diretamente “politização” e “desinstitucionalização” – conexão que criou condições “ideológicas e emocionais” para a deterioração da legitimidade do regime político.<sup>28</sup> Nesse sentido, a esquerda teria “aprendido a lição” de que nenhum projeto de reformas estruturais poderia ser concretizado no Chile sem uma maioria sólida no interior das regras do jogo político. Em seguida afirmam:

Que el país no se agota en la clase trabajadora y que *un proyecto de transformación debe ser popular, pero debe ser también nacional, desbordando los márgenes clasistas y dando cabida genuina a vastos sectores sociales*. Que las transformaciones económicas no bastan para construir una nueva sociedad. Que el orden y la seguridad constituyen aspiraciones legítimas de una población. Que la representación partidaria no agota al movimiento popular y que éste requiere de una amplia diversidad y autonomía respecto de esa representación. *Que la transformación de la sociedad no puede llevar a ésta a grados de polarización que la dejen a merced de las pasiones que al fin son capitalizadas por quienes poseen los medios de comunicación, el capital o las armas.*<sup>29</sup>

Nesta passagem, os autores defendem um projeto de transformação de caráter popular, nacional e amplo, isto é, que não estivesse restrito à perspectiva classista. Os

---

<sup>26</sup> GARRETÓN, Manuel Antonio; MOULIAN, Tomás. *La UP y el conflicto político en Chile*. Santiago: Mingo, 1983.

<sup>27</sup> Como afirmaram os autores “*es necesario reconocer desde la partida las limitaciones de este trabajo. Ellas provienen en general de una misma raíz: el sesgo politicista que lleva a sobre enfatizar las superestructuras políticas como actores principales del período. Ello hace, por un lado, descuidar las interrelaciones entre crisis económicas y política. Por otro lado se tiende a subestimar el rol de los actores sociales no específicamente políticos y el análisis de clases propiamente tal*”. In: GARRETÓN, Manuel Antonio; MOULIAN, Tomás. *Análisis coyuntural y proceso político. Las fases del conflicto en Chile (1970-1973)*. San José, Costa Rica: Universitaria Centroamericana EDUCA, 1978, p.11-12.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p.110.

<sup>29</sup> GARRETÓN, Manuel Antonio; MOULIAN, Tomás. *La UP y el conflicto político en Chile. Op. cit.*, p. 17-18. Grifos nossos.

cientistas políticos chilenos parecem olhar para o passado e fazer uma auto-crítica ao projeto da UP. Nesta crítica, apontam os fatores que deveriam *ter sido levados em consideração* pela esquerda da época.

Dentre estes fatores afirmam a necessidade de um projeto de transformações “reais”, que respeitasse os limites do sistema político formal, traçasse alianças e acordos com outros setores sociais que não apenas as classes populares e trabalhadoras. Esta estratégia evitaria a exacerbação das “paixões” e o excesso de polarização da sociedade, preservando a “ordem” e a “segurança”. Por fim, teria “poupado” o Chile da dura e longa experiência da ditadura militar.

Ao longo da obra, a crise da sociedade chilena em 1970 é entendida pelos autores como uma crise “parcial”, pois não afetava o regime político democrático, mas sim o chamado “Estado de Compromisso”. A ruptura com a democracia é explicada por uma evolução da “crise parcial” para uma “crise total”. A polarização político-ideológica e os conflitos sociais teriam produzido a desinstitucionalização, atingindo a legitimidade do regime. Nesta construção teórica identificamos a influência da “teoria da defasagem” que combina subdesenvolvimento econômico e a institucionalização política da sociedade, ou em outras palavras, uma espécie de “semi-pretorianismo”.

A derrota da *via chilena* é explicada a partir da hipótese de que a estratégia da UP não incluía a expansão da democracia como parte de seu programa máximo, mas sim a construção da etapa histórica de transição do Chile para o socialismo. Assim, segundo os autores, houve uma combinação entre a tendência que visava “buscar compromissos” entre distintas forças políticas e a estratégia do “duplo poder”.

Outro autor, contemporâneo aos anteriores, mas com formação em história, é Luis Corvalán Márquez. Em um artigo publicado na ocasião dos trinta anos do 11 de setembro chileno, Corvalán defende a hipótese de que o golpe não pode ser entendido se não considerarmos a metamorfose política e ideológica da direita chilena entre 1966 e 1970. Esta mudança teria sido marcada pela passagem do “liberalismo” para o “nacionalismo”.<sup>30</sup> Segundo o autor, a ação da direita contra os processos democratizantes e anticapitalistas em curso no país veio associada à intervenção norte-americana e à ação do grande empresariado. No entanto, outras variáveis explicativas do

---

<sup>30</sup> A mudança significou o abandono da perspectiva democrático-liberal e a defesa de um nacionalismo de direita com feição altamente autoritária. Ver CORVALÁN MÁRQUEZ, Luis. A treinta años del 11 de septiembre: el imperativo ético de ‘reescribir la historia’. In: ZAPATA, Francisco (compilador). *Frágiles Suturas. Chile a treinta años del gobierno de Salvador Allende*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2006, p.219-268.

golpe são identificadas e aí parece residir o problema de sua análise. Dentre elas estaria o comportamento do centro e da esquerda política, que terminaram sendo “funcionais aos propósitos golpistas”.<sup>31</sup>

Como apontou o historiador, tanto a Democracia Cristã (DC) quanto o Partido Socialista (PS) e *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR) contribuíram para a deslegitimação do marco institucional dos conflitos, questão indispensável para a vitória das forças golpistas. A DC é caracterizada pelo autor como um “centro anti-aliancista”, incapaz de chegar a acordos moderados com o governo, fator que contribuiu decisivamente para a polarização buscada pelos golpistas. Os socialistas também teriam cumprido o papel de polarizadores do conflito, “atuando contra” a *via chilena* de Allende, bloqueando seus esforços no sentido de travar acordos com o centro.

Corvalán, da mesma forma que Valenzuela, divide os atores políticos em dois grupos: os “disruptivos”, favoráveis à ruptura com a ordem institucional; e os “gradualistas” ou “institucionalistas” favoráveis à manutenção do sistema político. Em ambos os grupos estariam concentrados membros da direita e da esquerda política – aproximados não por seus interesses de classe, mas pela adesão ou não à democracia formal. Nesse sentido, a esquerda do PS, o MIR e o PN (Partido Nacional) são compreendidos como setores “disruptivos” e o PC e a DC como “gradualistas”.<sup>32</sup>

Ao reivindicar o estrito cumprimento dos papéis preestabelecidos pelo sistema democrático formal aos partidos políticos e não levar em conta os interesses de classe que representavam naquela conjuntura, Corvalán compartilha da concepção apresentada por Valenzuela – cujo trabalho serviu de base para estudos posteriores. Corvalán parte do princípio de que uma vez cumpridas as regras do jogo político, os conflitos tenderiam a se solucionar de forma pacífica e por meio de acordos, não sendo necessário, portanto, a ruptura com a institucionalidade. Também visualizamos em sua obra a crença na “solidez”, “maturidade” e “representatividade” do sistema democrático chileno. Considerando estas questões, o golpe é explicado por uma “irresponsabilidade” tanto da Democracia Cristã quanto da esquerda revolucionária que, ao radicalizarem as suas ações, se tornaram funcionais aos setores golpistas de direita. Como afirmou Corvalán:

---

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p.220.

<sup>32</sup> Cf. CORVALÁN MÁRQUEZ, Luis. *Del anticapitalismo al neoliberalismo en Chile*. Santiago: Sudamericana, 2001, p.230.

El PDC [...] jugó un rol altamente polarizante del sistema político chileno, y en tanto tal, no cumplió el rol propio de un centro; es decir, mediar, hacer de puente, lograr acuerdos con los polos del sistema político, y por esa vía contribuir a estabilizar el marco institucional de los conflictos.<sup>33</sup>

Consideramos que o ponto nevrálgico de seu trabalho é o tratamento dado à esquerda e à criação do Poder Popular em uma conjuntura de intensa ofensiva burguesa contra o governo e contra o processo de ascensão organizativa dos trabalhadores. Corvalán aponta:

Ahora bien, más allá de toda consideración subjetiva, lo cierto fue que el descontrol de masas impulsado por la izquierda rupturista y su sistemática oposición a que el gobierno negociara con el PDC, fue muy útil a una derecha que perseguía la ingobernabilidad como condición del golpe. Era en efecto el marco institucional de los conflictos el que en beneficio de aquella resultaba de tal modo cuestionado, abriéndose paso a las soluciones de facto. Sin decir nada sobre el efecto producido en los estratos medios que, asustados por el curso de los acontecimientos, tendieron crecientemente a pasarse a la oposición. La retórica ultrarrevolucionaria de la izquierda radical tuvo en este sentido devastadores efectos para el gobierno.<sup>34</sup>

Outros pontos da obra de Corvalán merecem ainda ser citados e discutidos. Um deles é a compreensão do papel da DC como “polarizadora dos conflitos”. Ao aprofundar esta questão, o autor responsabiliza a hegemonia interna da direita freísta (ligada ao ex-presidente Eduardo Frei) pelo golpe, em contraposição aos setores progressistas que teriam incentivado a realização de acordos com o governo se estivessem no controle do partido:

No es menos cierto que el rol polarizante del PDC también estaba vinculado al peso específico de sus corrientes internas y en particular a la imposición del liderazgo virtual de Eduardo Frei en detrimento de los sectores progresistas del partido. En efecto mientras estos últimos mantuvieron el control, no hubo polarización en el país: la derecha quedó aislada en su principal repliegue, mientras que a contrapelo se exploraron consensos entre el PDC y el gobierno.<sup>35</sup>

Segundo o autor, enquanto os setores progressistas da DC mantiveram influência decisiva interna, a polarização do país pôde ser evitada, pois foram travados acordos

---

<sup>33</sup> CORVALÁN MÁRQUEZ, Luis. A treinta años del 11 de septiembre: el imperativo ético de ‘reescribir la historia’. *Op. cit.*, p.249-250.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.252.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p.252-253.

com o governo. A análise de Corvalán apenas destaca a movimentação dos partidos políticos da “situação” e da “oposição”, deixando de lado outros fatores que também poderiam nos ajudar a compreender a experiência chilena. Sua obra reduz o golpe à movimentação “irresponsável” de alguns atores políticos, que se tivessem agido de outra maneira, teriam evitado o desenlace violento.

Ao concluir, Corvalán identifica quatro elementos que segundo ele foram determinantes na radicalização dos conflitos e na efetivação do golpe. Seriam eles: a habilidade tática do setor “disruptivo” da oposição, que orientou sua base social para uma perspectiva deslegitimadora do marco institucional dos conflitos e “convenceu” o PDC de que esta era a melhor opção a ser tomada naquele momento; o papel destabilizador do governo norte-americano através da intervenção da CIA por meio de atividades encobertas; o peso das forças “disruptivas” de esquerda que contribuíram para criar as condições de “desgoverno” que a direita precisava para dar o golpe e impediram o diálogo com o centro político, deslegitimando o marco institucional dos conflitos e inviabilizando a *via chilena*; a influência dos setores conservadores da DC, que permitiram que este partido se somasse à ação conjunta com o PN.<sup>36</sup>

Em resumo, é importante destacar que esta perspectiva de análise, predominante na historiografia sobre o golpe militar no Chile, parte de um entendimento funcionalista e sistêmico da sociedade, caracterizando-a como um conjunto de sub-sistemas que visam a harmonia e o equilíbrio, mas não o conflito. Com isso queremos dizer que para estes autores, uma vez cumpridos os papéis determinados pelo sistema político vigente, a estabilidade da democracia formal não seria abalada e os golpes poderiam ser evitados. Ainda segundo esta perspectiva, seria possível alcançar a conciliação entre interesses distintos e estabelecer um consenso nacional. A opção dos estudiosos por uma análise dos fatores políticos que ignora a compreensão do conjunto dos aspectos constituintes da sociedade reforça a afirmação anterior, pois descola o regime político do sistema econômico, da mesma forma que reforça a concepção “reificada” de Estado, isolando-o dos interesses de classe que o permeiam. A ruptura da democracia no Chile em 1973 é analisada por grande parte dos pesquisadores chilenos como resultado de um “desvio” dos atores de seus papéis tradicionais e pela politização de instituições que “não foram criadas para fazer política”. Nesse sentido, suas obras reforçam e atualizam a perspectiva elaborada por Huntington.

---

<sup>36</sup> CORVALÁN MÁRQUEZ, Luis. *Del anticapitalismo al neoliberalismo en Chile. Op. cit.*, p.230.

Por último, entendemos que a opção por esta via interpretativa acaba por legitimar a ação golpista vitoriosa e atenuar a responsabilidade dos militares e dos grupos civis pela supressão da democracia em 1973. A hipótese de que a esquerda, ao não abrir mão de seu programa máximo, não estava suficientemente comprometida com a democracia vigente, reforça o discurso utilizado pela frente golpista de que para “evitar o golpe da esquerda marxista totalitária” os militares, em nome de “interesses nacionais”, contragolpearam, em defesa da democracia ameaçada. Com o fim dos regimes militares na América Latina e durante o processo de redemocratização de grande parte dos países da região, passaram a ganhar destaque os estudos que enfatizavam os aspectos puramente políticos das democracias ocidentais. Assim, foram abandonadas questões relacionadas ao funcionamento de nossos capitalismos e à estrutura de classes de nossas sociedades sempre que estes temas apresentavam uma problemática distante do que seria a “redemocratização”: partidos, eleições e regimes políticos. Como muito bem lembrou o cientista político argentino Atílio Borón<sup>37</sup>, o triunfo da democracia foi interpretado como a derrota da economia e a vitória da política. Deste modo, a política recuperava a sua “dignidade” a custo de um arriscado e efêmero desprezo pelos fatores econômicos e estruturais.

## Referências

AGGIO, Alberto. *Socialismo e Democracia – a experiência chilena*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2002.

BORÓN, Atílio. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de interpretação sociológica. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CORVALÁN MÁRQUEZ, Luis. *Del anticapitalismo al neoliberalismo en Chile*. Santiago: Sudamericana, 2001.

GARRETÓN, Manuel Antonio; MOULIAN, Tomás. *Análisis coyuntural y proceso político*. Las fases del conflicto en Chile (1970-1973). San José, Costa Rica: Universitaria Centroamericana EDUCA, 1978.

\_\_\_\_\_. *La UP y el conflicto político en Chile*. Santiago: Mingo, 1983.

---

<sup>37</sup> BORÓN, Atílio. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004, p.233.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. SP: Forense universitária, [1968].

MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 12, p.9 – 40, 2002.

O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados Burocrático-autoritários*. São paulo: Vértice, 1987.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa Ômega, 1984.

SADER, Emir. *Chile (1818-1990): Da independência à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TIRONI, Eugenio. *La torre de Babel – ensaios de crítica e renovación política*. Santiago de Chile: SUR, 1984.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 19, 2004, p.27-49.

VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago de Chile: FLACSO, 1978.

ZAPATA, Francisco (compilador). *Frágiles Suturas. Chile a treinta años del gobierno de Salvador Allende*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2006.